

GOVERNANÇA PÚBLICA E O NOVO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES FRENTE À NOVA PROPOSTA NACIONAL

Public Governance and the New High School Education: Students' Perspectives on the New National Proposal

LÍVIA BEATRIZ REIS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE UNIBH

DANIELA VIEGAS DA COSTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

HUDSON FERNANDES AMARAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Comunicação:

O XII SINGEP foi realizado em conjunto com a 12th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) e com o Casablanca Climate Leadership Forum (CCLF 2024), em formato híbrido, com sede presencial na ESCA Ecole de Management, no Marrocos.

GOVERNANÇA PÚBLICA E O NOVO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES FRENTE À NOVA PROPOSTA NACIONAL

Objetivo do estudo

Analisar a percepção dos estudantes sobre o Novo Ensino Médio e a sua adequação às diretrizes das governanças públicas no Brasil, identificando impactos e desafios enfrentados.

Relevância/originalidade

O estudo explora como o Novo Ensino Médio, implementado por reformas educacionais recentes, afeta a experiência dos alunos, oferecendo insights sobre a eficácia das mudanças e possíveis áreas para melhorias.

Metodologia/abordagem

Realizou-se uma pesquisa qualitativa com quinze estudantes de Belo Horizonte, usando entrevistas semiestruturadas para captar suas opiniões e experiências com o Novo Ensino Médio.

Principais resultados

Os alunos expressaram insatisfação com o Novo Ensino Médio, citando sobrecarga curricular, falta de preparo dos professores e implementação inadequada das mudanças. A percepção geral é de que as reformas não atenderam às expectativas.

Contribuições teóricas/metodológicas

O estudo contribui para a compreensão das falhas na implementação de reformas educacionais e a importância de considerar a perspectiva dos alunos na avaliação de políticas educacionais.

Contribuições sociais/para a gestão

Destaca a necessidade de maior participação estudantil e planejamento na implementação de reformas educacionais, oferecendo recomendações para melhorar a eficácia das políticas de ensino.

Palavras-chave: Governança Pública, Novo Ensino Médio, Perspectiva dos Estudantes

Public Governance and the New High School Education: Students' Perspectives on the New National Proposal

Study purpose

To analyze students' perceptions of the New High School curriculum and its alignment with public governance guidelines in Brazil, identifying impacts and challenges faced.

Relevance / originality

The study explores how the New High School curriculum, implemented through recent educational reforms, affects students' experiences, offering insights into the effectiveness of the changes and potential areas for improvement.

Methodology / approach

A qualitative research was conducted with fifteen students from Belo Horizonte, using semi-structured interviews to capture their opinions and experiences with the New High School curriculum.

Main results

Students expressed dissatisfaction with the New High School curriculum, citing curriculum overload, lack of teacher preparation, and inadequate implementation of the changes. The general perception is that the reforms did not meet expectations.

Theoretical / methodological contributions

The study contributes to the understanding of failures in the implementation of educational reforms and the importance of considering students' perspectives in the evaluation of educational policies.

Social / management contributions

Highlights the need for greater student involvement and planning in the implementation of educational reforms, offering recommendations to improve the effectiveness of teaching policies.

Keywords: Public Governance, New High School Curriculum, Student Perceptions

GOVERNANÇA PÚBLICA E O NOVO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES FRENTE À NOVA PROPOSTA NACIONAL

1 Introdução

A governança pública é o exemplo mais coeso da Administração Pública tendo em seu direcionamento um conjunto de sistemas de estratégia e liderança para conduzir e monitorar a gestão pública, a fim de conduzir as políticas públicas e prestar serviços à população. Considerando as ações dos governos desse século, observa-se que vem sendo marcadas por bases de organização com várias dimensões mutáveis, visto que permite variações em sua estrutura, proporcionando a construção cooperativa, tornando este processo disseminado em fatores tangíveis para as práticas da gestão pública, influenciando assim de maneira positiva na melhoria da qualidade dos serviços públicos (Raschendorfer, Figueira, & Furtado, 2023).

Tendo como base as últimas décadas, notam-se avanços importantes para a população, podendo-se citar dentre as modificações como exemplo o ano de 2000, quando buscou-se alicerçar uma remodelação com foco na gestão fiscal, podendo a partir de então almejar resultados sociais. Apesar da visão político-econômica no Brasil apresentar constantes inadequações fiscais, sociais e políticas, a gestão por coalização, que visa os critérios políticos, buscando beneficiar os partidos coligados trouxe um maior índice de corrupção ao país, necessitando assim de operações que buscasse combater o crime contra o tesouro (Teixeira., & Gomes, 2019).

Desta forma, a administração pública tem possibilidades de repensar a gestão pública, ponderando sobre como são obtidos seus resultados, já que a nova gestão tem se apegado a uma perspectiva onde o que importa são resultados, almejando melhores performances, eficácia com relação aos serviços públicos e desenvolvimento na *accountability* governamental (Teixeira & Gomes, 2019). Pode-se, nesses termos, justificar a implementação pelas governanças públicas do novo ensino médio, que visa encaixar a educação neste novo preceito das governanças públicas.

Historicamente a educação brasileira é assinalada por alterações em sua legislação, como a reforma de Francisco Campos, proposta na década de 1930, à lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394 (Brasil, 1996), que tenta resolver as contendas, sendo uma das basilares alterações, que se tentou solucionar ao logo dos anos, de forma forçosa, a separação entre o ensino profissionalizante x ensino preparatório. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), juntamente com a Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (Brasil, 1999), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2002) criou o novo ensino médio (de Melo, & Ferraz, 2007).

Mas foi com a publicação do modelo derradeiro da BNCC, que se deu uma ampla reforma curricular em todo o país, sendo São Paulo um dos primeiros a estabelecer o novo currículo em consonância com as normas que prevê a BNCC para o ensino fundamental (São Paulo, 2019) e o Ensino Médio (São Paulo, 2020). Também foi o Estado de São Paulo que primeiramente introduziu novos componentes curriculares de acordo com as exigências das diretrizes nacionais, contendo os temas de parâmetros transversais – TCT (Brasil, 2019b). Estas mudanças aconteceram em todo o país, inovações que as governanças públicas implantaram, em uma proposta inovadora que procurou trazer melhorias para a educação do ensino médio no país.

Pensando neste novo quadro, onde ocorreram grandes mudanças na estrutura do ensino médio, esta pesquisa foi realizada com alunos de escolas públicas e particulares da cidade de Belo Horizonte/ Minas Gerais que estão sendo apresentados a este novo ensino médio, uma vez

que são estes estudantes que estão sentindo na pele as mudanças, seus benefícios e suas desvantagens, e como as mudanças estão impactando em suas vidas. Sabendo que este estudo atinge a todos os envolvidos nesta nova estrutura, procura-se entender um pouco mais a respeito da visão do aluno, auxiliando para encontrar soluções para os problemas que surgiram após a sua implantação.

A pergunta que norteia esta pesquisa é: Como os estudantes do novo ensino médio veem esta nova proposta implantada pelas governanças públicas? O objetivo geral foi analisar como os estudantes do novo ensino médio veem esta nova proposta implantada pelas governanças públicas. Para atingir o objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa com um grupo de quinze estudantes, de escolas variadas, públicas e privadas, a fim de poder observar a visão destes alunos sobre o novo ensino médio, como eles estão vivendo este momento de mudanças e quais as suas perspectivas sobre o assunto, em consonância com as diretrizes da governança pública no Brasil.

2 Referencial Teórico

2.1 Gestão e Governanças Públicas

As gestões ocorridas na forma de se administrar no campo público são regularizadas através de interpelações históricas que se baseiam em três modelos: o da administração (o burocrático), nesse o que se prepondera é o provedor/interventor, com evidência às demandas sociais, ele surgiu na tentativa de se afastar as relações de favores, tornando o governo eficiente e sem divisões; a New Public Management (NPM), um modelo de gestão que surgiu a fim de trazer uma solução para o modelo anterior, sendo o modelo regulador/gerencial, traz a visão empresarial buscado uma maior eficácia e clareza aos serviços do Estado; e o da Governança Pública (pós-competitivo), devido à busca por melhorias, característica do NPM, colocou em foco a necessidade de novas reformas administrativas, que proporcionasse uma maior clareza ao sistema político e nas ações sociais o que resultou nas governanças públicas (Raschendorfer, Figueira, & Furtado, 2023).

No Brasil as evoluções dos modelos trazem resquícios de seus antecessores, e é através destes que se propõem mudanças para suplantar as divergências e problemas existente nos anteriores, elas foram sendo realizadas paulatinamente sendo ponderadas e analisadas tendo sua maior preocupação e complexidade nos serviços prestados aos cidadãos.

Visando solucionar estes problemas apresenta-se a governança pública que vem para suprir as deficiências do NPM, com uma grande carga de responsabilidade pondo em evidência a prestação de contas, a transparência e o combate a corrupção (Raschendorfer, Figueira, & Furtado, 2023). Portanto a governança pública norteia a obtenção e repartição do poder na coletividade social (Teixeira., & Gomes, 2019).

2.2 Um breve apanhado histórico sobre o ensino médio no Brasil

Para que se possa entender melhor a proposta apresentada para o novo ensino médio vamos fazer um breve apanhado histórico sobre a educação secundarista no Brasil. Somente em 1988, após a promulgação da Constituição Federal é que a educação passou a ser um direito da sociedade e um dever do Estado. Porém o direito ao ensino médio só foi definido a partir de 1996 com a lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/96) esta lei estabeleceu essa fase da educação como básica. A LDB passou por várias modificações, sendo que em sua maioria, as mudanças foram feitas pelas necessidades que o mercado de trabalho impunha (Marra & de Almeida, 2023).

O Ensino médio passou por várias mudanças, do modelo secundário de 1942, ele foi para o ginásial e técnico em 1962, depois veio o primeiro e segundo grau em 1971, este tinha como obrigação a profissionalização. Estas divisões que norteiam a história estão explicitamente colocadas no Decreto-lei nº 4.244/1942 e foram inspiradas em modelos europeus. A partir dos anos 80 com as políticas públicas que priorizavam o conhecimento e em detrimento as necessidades do mercado de trabalho, houve a expansão da educação básica, contudo a evasão e a repetência tornaram-se um problema. Então propuseram a evolução dos métodos de ensino, nas avaliações a que as instituições são sujeitas no decorrer do processo, assim como ao que são correlacionadas (Marra, & de Almeida, 2023).

Quadro 1 - Estrutura e organização do ensino no Brasil: uma síntese histórica

| Leis | nº 4.024/1961 | nº 5.692/1971 | nº 9.394/1996 | nº 13.415/2017 |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| cenário político brasileiro | queda do estado novo | regime político ditatorial | restauração dos direitos democráticos e a assembleia nacional constituinte | descontinuidade de governo. impeachment da presidente Dilma |
| recursos públicos para a educação | mecanismos de transferência de recursos públicos para escolas particulares | incentivo governamental na participação privada da oferta de ensino, especialmente em nível superior | união aplica valor igual ou maior que 18%; estados, DF e municípios dedicam 25% da receita resultante de impostos (o que tiver previsto nas leis orgânicas) | maior alteração se dá pelo investimento no ensino médio em tempo integral desde que cumpridos os critérios de elegibilidade estabelecidos em lei e no regulamento |
| estrutura do ensino | manutenção da estrutura tradicional de ensino - preparação dos estudantes para assumirem posição na sociedade e compromisso com a cultura (nacionalismo); conteúdos separados da realidade dos estudantes e ênfase na | fusão do ensino primário com ginásio (primeiro grau com 8 anos de duração); obrigatório para crianças e jovens entre 7 e 14 anos de idade e retirada da vinculação constitucional de recursos orçamentários | estabeleceu 2 níveis de ensino: educação básica e educação superior. educação básica composta por 3 etapas da educação nacional: educação infantil (inclusão de creches e pré-escolas), ensino | alteração no ensino médio: inclusão dos itinerários formativos e do projeto de vida |

| | repetição e memorização | | fundamental ensino médio | |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Organização das etapas de ensino/ alterações | ensino pré-primário; ensino primário (obrigatório a partir dos 7 anos de idade); ensino médio (ginásial e colegial), abrangendo os cursos secundário, técnico e de formação para professores de ensino pré-primário e primário | segundo grau reduzido aos 3 ou 4 anos do segundo ciclo do antigo ensino médio; LDB e PNE não resolvem o problema de democratização do ensino | obrigatoriedade do ensino de disciplinas como: história, geografia, português, matemática e também da educação artística no nível básico. inclui sociologia e filosofia como disciplinas obrigatórias no ensino médio | a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais |

Fonte: Marra, & de Almeida, 2023

Conforme demonstra o Quadro 1, a estrutura de ensino possui características peculiares seguindo uma evolução histórica que apresenta variações de critério de sistemas de ensino e projetos e pesquisas.

2.3 O novo ensino médio

No início do ano de 2012, com a criação da Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio (Censi), que tinha como função analisar e propor melhorias para um novo ensino médio, teve-se o início da formulação do novo ensino médio, esta comissão apresentou a PL 6.840/2013, que alterou a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, esta nova PL institui a jornada em tempo integral no ensino médio e dispõe sobre a disposições dos currículos do ensino médio em áreas de conhecimento (Brasil, 2013).

Em 31 de agosto 2016 a Presidente Dilma Vana Rousseff, apresenta a medida provisória (MPV) nº 746/2016, dentre as disposições trazidas as principais estão o currículo e o tempo escolar. Ela propõe a formação através dos itinerários formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnico- Profissional) ficando a mesma a critério do sistema de ensino (Brasil, 2016). Retrocedendo assim o processo de implantação do novo ensino médio.

A consumação do Novo Ensino Médio (NEM) foi no ano de 2017 através da lei nº 13.415 com seu cumprimento a partir do ano 2022. Esta lei trouxe muito descontentamento, trazendo vários protestos, ocupações de escolas por estudantes, pois esta decisão arbitrária excluiu grande parte da população, tornando mais uma vez o autoritarismo como pauta nas discussões sobre o assunto, pois não houve a democratização neste sentido (Marra & de Almeida, 2023).

É importante frisar que o Novo Ensino Médio veio após a implementação de um pacote de reformas como mostra o Quadro 2.

Quadro 02: Pacote de reformas gerenciais do Estado -2016 -2019

| Ano | Reforma gerencial | Legislação |
|-----------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2016 | Reforma do Regime Fiscal | Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016b). |
| 2017 | Reforma Trabalhista | Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017b). |
| 2019 | Reforma Previdenciária | Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019a). |
| 2016-2019 | Reforma Educacional | “Novo Ensino Médio” – MPV 746/2016 (BRASIL, 2016a) e Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017a). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Parecer Nº 15, de 4 de dezembro de 2018 ((BRASIL, 2018b) e Resolução Nº 4, de 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018d). BNC Formação – Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019b). |

Fonte: de Lara Jakimiu, 2023

A Lei No13.415, aprovada em 16 de fevereiro de 2017:

Altera as Leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT5, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL, 2017a).

Após ser implantada a lei nº 13.415/2017, nº 3, de 21 de novembro de 2018 (Brasil 2018c), que reformulou o DCNEM e na LDBEN nº 9.394/1996 exibindo a BNCC como a responsável pelos “[...] direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio” (Brasil, 2021a, p. 25). A divulgação da transposição final da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2019b), trouxe a reforma curricular para todo o país, incorporando novas componentes curriculares com temas modernos e colaterais (Giordano, 2023). Este percurso elucidativo, traz como disciplinas estruturadas como: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, e formação técnica e profissional (quando houver oferta). Sendo organizados em torno da estrutura: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. Tendo sempre em foco as demandas vigentes e as predileções dos alunos (Marra, & de Almeida, 2023).

3 Metodologia

Foi utilizada uma abordagem qualitativa descrevendo como os alunos veem o novo ensino médio, analisando as interações das variáveis para tentar compreender a opiniões a respeito de suas experiências, como eles receberam as mudanças proposta pela governança pública, para que possamos dessa maneira chegar a um maior nível de entendimento possibilitando assim, vislumbrar este meio que é muito rico em opiniões e que poderá possibilitar surgir sugestões de mudanças ou de melhorias (Raupp & Beuren 2004).

Esta pesquisa é descritiva pois vai se desenvolver em um ambiente que envolve situações em que são recolhidos dados com grande variedade de detalhes, e temos aqui como objetivo refletir e descrever a respeito das opiniões dos alunos a respeito do Novo Ensino Médio, tendo ela um cunho transversal pois a pesquisa será coletada em um único período (Fogaça & Coelho Jr., 2015). Levando-se em consideração que está inserida em uma realidade contextualizada pelas experiências vivenciadas pelos alunos de escolas variadas, o que vai nos possibilitar a construção dessa etapa de nossa pesquisa.

O recolhimento dos dados foi realizado através de um roteiro semiestruturado, tendo como objetivo aproveitar todo o assunto, argumentado durante as entrevistas de maneira despreziosa, O roteiro foi feito com 14 perguntas abertas, que foram elaboradas com base nas opiniões dos alunos a respeito do Novo Ensino Médio (fogaça & Coelho Jr., 2015). Para tanto, foi entrevistado quinze (15) estudantes, de escolas variadas de Belo Horizonte e em sua região metropolitana no estado de Minas Gerais. Estes alunos foram escolhidos devido às conveniências, localidade, disponibilidade, facilidade de acesso aos entrevistados, encontradas pela pesquisadora visando tentar entender qual a opinião dos alunos a respeito do Novo Ensino Médio, instituída pelas Governanças Públicas.

As entrevistas foram feitas pessoalmente, sendo a mesma gravada, o que facilita a transcrição dos dados. Cada entrevista durou em média 40 minutos. Para a realização das entrevistas, ficou acordado entre os participantes o sigilo quanto ao nome das escolas e a divulgação dos resultados sem informações que permitissem a sua identificação. Por este motivo, os participantes deste estudo foram identificados pelos códigos A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14 e A15.

4 Análise de Dados e Discussão

Foram entrevistados 15 estudantes do ensino médio da cidade de Belo Horizonte/ MG, sendo: 10 da rede estadual, 4 da rede particular e 1 da rede federal, em sua maioria estando cursando o segundo ano do segundo do ensino médio. Inicialmente ao serem questionados sobre o que eles acham do Novo Ensino Médio, 90% dos entrevistados falaram que está muito cansativo e que eles não estão gostando do programa.

Ainda sobre esta questão o aluno A1 nos fala. “Desnecessário, afinal sobrecarrega os alunos, mas não agrega em nossos conhecimentos, porque as novas matérias e a carga horária não estão sendo usadas de forma positiva”. Em resposta à mesma pergunta o aluno A2 nos coloca, “Cansativo e sem estrutura”. O participante A11 responde: “Bom, porém exaustivo pela grande quantidade de matéria por disciplina”. Os alunos demonstram a sua insatisfação de maneira abrangente, questionam que não houve mudanças positivas com relação ao ensino apenas uma sobrecarga aos alunos. Segundo a BNCC (Brasil, 2019b) o novo ensino médio deveria trazer disciplinas que fossem do interesse dos alunos, entretanto, eles dizem que isso não está acontecendo.

As mudanças feitas no ensino médio estão sendo observadas como improdutivas, levando-se em conta que elas não estão sendo usadas de maneira correta. O estudante A1

contribuiu com a fala, “Não, já que o trabalho da comunidade escolar está sendo efetuada de forma porca”. Já A7 “Nenhuma, todas conseguiram piorar o que já estava ruim”. Os alunos veem as mudanças implementadas no ensino médio como desnecessárias e atribuem o mau funcionamento dessas mudanças a forma como elas foram implantadas, sem planejamento ou direcionamento. Como afirmam Marra e Almeida (2023), a decisão arbitrária excluiu grande parte da população, tornando mais uma vez o autoritarismo como pauta nas discussões sobre o assunto, pois não houve a democratização neste sentido.

Observa-se que não são somente os alunos pesquisados que mostram esta insatisfação. Em 15 de fevereiro de 2023, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) divulgou uma nota em defesa da conservação do Novo Ensino Médio, alegando imperativos os aperfeiçoamentos e adaptações. Já a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) pede a anulação imediata e a instauração de uma nova lei que melhor irá falar com a veracidade da Educação Brasileira (Abe, K. S. 2023).

Outro ponto abordado no roteiro de pesquisa foi sobre as matérias introduzidas pela BNCC. O participante A2 coloca que “interessante, porém, com carga horária desnecessária, assim deixando matérias que são mais cobradas de lado”. A entrevistada A9 apresenta a sua contribuição, “Gostei das matérias, mas não estão sendo aplicadas corretamente. Acho que deveria existir matérias adequadas”. Vê-se claramente que os alunos não estão gostando do novo roteiro de aulas acham que não estão agregando nada em suas vidas pois foram mal escolhidas, ou então administradas de maneira deficiente. Percebe-se que as mudanças não escutaram os interesses dos alunos, professores e escola. Ainda que atendam a demandas do mercado, tal como o olhar voltado para a abordagem da tecnologia, os temas e tópicos de ensino não são apropriados, ou são insuficientes, trazendo uma noção de insatisfação geral.

Quando foram questionados sobre o que eles acharam da iniciativa do governo de criar o novo ensino médio, a maioria acha que é válida, porém a maneira como se deu o processo para se organizar e implementar as normas para esse Novo Ensino Médio foi errônea, acham que deveria ter tido uma maior participação dos alunos, já que eles iriam viver essa nova proposta. Para ilustrar a discussão, a fala do entrevistado A9 “Uma boa ideia, mas como foi dito, está sendo mal implantada”. A4 diz, “A promessa do Novo Ensino Médio foi muito boa, com matérias que iriam auxiliar no futuro, porém ficou só no papel”. Esta postura vai em direção contrária ao que descreve a Lei nº13.415, aprovada em 16 de fevereiro de 2017. (Brasil, 2017b). Enquanto planejamento a ideia pode ter apresentado alguns benefícios, mas na prática cotidiana escolar, isso não se aplica, deixando a desejar. Observa-se a falta de governança pública, que conforme Teixeira e Gomes (2019) norteia a obtenção e repartição do poder na coletividade social. Ou seja, de acordo com os entrevistados, a participação social parece não ter sido a maneira com a qual os governos conduziram as implementações do sistema.

Outro ponto seria a falta de capacitação dos professores que estão ministrando as novas disciplinas. Em sua fala A4 expressa a situação de maneira bem clara, “[...] pois colocaram professores capacitados para outras áreas, para ensinar, digo que não dominam bem o conteúdo”. O Novo Ensino Médio, apesar do longo período de planejamento, foi colocado de maneira impositora, não houve uma preparação dos professores para ministrar as novas disciplinas, o que trouxe desconforto tanto para os professores quanto para os alunos, não tem como ministrar bem uma matéria se o professor não possuir o domínio do conteúdo, se não possuir os materiais didáticos adequados e o ambiente propício (Marra, & de Almeida, 2023).

Temos também a questão da carga horária estendida, os estudantes colocam de maneira clara e objetiva esse descontentamento com relação a este ponto. A2 coloca, “Acho que o aumento da carga horária para as matérias de itinerário desnecessário, esse tempo poderia ser usado em matérias mais importantes”. O aluno A7 fala, “Nem um pouco, só causa cansaço e sofrimento ao invés de ajudar”. Os estudantes reclamam que este aumento da carga horária prejudica, sobrecarregando o seu dia-a-dia e principalmente reclamam que tem vários alunos

que já trabalham e que o aumento das horas os está prejudicando, não permitindo que os mesmos cumpram bem suas atividades, é o que demonstra a fala de A1, “[...], muitos dos alunos (principalmente os de escolas públicas) já trabalham e tem de ajudar em casa, então os horários a mais, só pioram”.

Quando abordados sobre o que deveria mudar no Novo Ensino Médio eles colocaram: A6, “Deveria ser mais organizado, diminuir as eletivas e aumentar as formativas”; A9, “Que acabasse, ou que fossem comprados materiais que deixassem as aulas mais úteis e atrativas”. Todos os alunos demonstram insatisfação, em sua maioria propõem o retorno do antigo ensino médio, pois se sentem prejudicados com a diminuição da carga horária das matérias eletivas. Vale ressaltar que os alunos das escolas particulares mostraram menos animosidade com relação às matérias do novo itinerário. Colocaram que em suas escolas estão sendo ministradas de forma remota, o que facilitou para que em suas aulas presenciais fossem mantidas as disciplinas eletivas, ajudando-os para a preparação da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre outras situações, A12, “temos aulas online das matérias extras, na escola pouco mudou”.

Conforme se verifica nas respostas, constata-se que os estudantes estão desmotivados e esgotados, que eles não aprovaram o Novo Ensino Médio. A situação está cada vez mais complicada para eles, levando-se em conta que, já estão indo para o terceiro ano e não sentem que estão sendo preparados para participar do ENEM. Para eles a iniciativa foi boa, mas não foi colocada em prática de maneira correta, acarretando em um ensino falho e que não trouxe nada de bom, somente sucateou ainda mais o ensino médio.

5 Considerações finais

As discussões propostas sobre as temáticas de Governança Pública e sobre o Novo Ensino Médio elucidam os pontos para as análises dessa pesquisa. Durante a pesquisa, os estudantes de ensino médio foram indagados para saber qual a opinião deles a respeito da implantação do Novo Ensino Médio no ensino brasileiro, assim como as mudanças que ocorreram em seus cotidianos.

Através deste estudo, foi possível compreender que os alunos estão desmotivados a respeito do Novo Ensino Médio, mesmo tendo sido planejado e organizado para melhorar e inovar o sistema de ensino. Apesar dos aparentes esforços, não está apresentando os resultados desejados. Demonstra que o aumento da carga horária com inclusão de novas matérias sobrecarregou os alunos, as novas matérias eletivas estão sendo ministradas de maneira a deixar a desejar, não estimulando os alunos a participarem de forma efetiva ao serem ministradas. Os estudantes também pontuam a necessidade de materiais específicos para a aplicação dessas matérias, assim como uma infraestrutura melhor delineada para se colocar em práticas as atividades exigidas pelas novas disciplinas.

Com esta pesquisa, espera-se ter contribuído para a melhoria do sistema educacional, expondo as opiniões dos alunos sobre o Novo Ensino Médio, as contradições entre o que se esperava e o que se tem hoje no sistema planejado e fomentado pelas governanças públicas para esta classe da sociedade. Durante a pesquisa a reclamação dos alunos com relação à má formação dos professores para ministrar as matérias eletivas, deixam claras as mazelas do sistema. Como uma das dificuldades é motivação dos estudantes e engajamento no estudo, o novo sistema parece deixa-los ainda mais desmotivados a participarem, o que forma uma lacuna a respeito do porquê dessa falta de preparo e planejamento.

Enquanto limitações do estudo, aponta-se que foi realizado em uma localidade, notadamente Belo Horizonte/Minas Gerais. Outros estudos, em outras regiões, poderão ser produtivos e apresentar dados comparativos à pesquisa realizada. Há também a necessidade de um estudo mais abrangente com relação ao desinteresse desses alunos pelo Novo Ensino Médio.

Outro ponto que fica como sugestão para pesquisas futuras é o porquê de os órgãos competentes não terem preparado os professores de maneira efetiva para as mudanças que iriam ocorrer no ensino médio.

REFERÊNCIAS

- Abe, K. S. (2023). Novo Ensino Médio: é preciso buscar um novo modelo em diálogo com a sociedade. Cenpec, notícias de educação, Políticas Públicas. https://www.googleadservices.com/pagead/aclk?sa=L&ai=DChcSEwjVzMbt_NCBAXUIAa0GHdQRDBoYABABGgJwdg&ase=2&gclid=CjwKCAjw69moBhBgEiwAUFCx2DNZEkpCzgkKCom2AzR6DVcE0HLst4IwFHg4w7gRhvJI1V-eEMdI
- Brasil (1999). Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 03, de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Revista de Educação - APEOESP, São Paulo, n.10, p.68-72.
- Brasil (2016). Medida Provisória nº746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial
- Brasil (2017). Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2017b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.
- Brasil (2018b). Parecer nº15, de 4 de dezembro de 2018. Instituição da Base Nacional comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN152018.pdf?query=PLENA. Acesso em: 31 maio 2023.
- Brasil (2018c). Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 224, p. 21-24, 22 nov.
- Brasil (2018). Resolução Nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017,

fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 242, p. 120, 18 dez. 2018d.

Brasil (2018). Projeto de Lei Nº 10.682, de 8 de agosto de 2018. Revoga a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que implementou o conjunto de medidas conhecido como Reforma do Ensino Médio. Brasília: Câmara dos Deputados, [2018e]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182527>. Acesso em: 15 abr. 2023

Brasil (2019b). Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasil. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temascontemporaneos.pdf

Brasil. Portaria Nº 521, de 13 de julho de 2021 institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 131, p. 47, 14 jul. 2021b.

de Lara Jakimiu, V. C. (2023). Retrocessos do “Novo Ensino Médio”: uma década de lutas e resistências (2013-2023). *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 8, 1-23.

de Melo, R. Z., & Ferraz, O. L. (2007). O novo ensino médio e a Educação Física. *Motriz. Journal of Physical Education*. UNESP, 86-96.

Giordano, C. C. (2023). Desafios do Novo Ensino Médio. *Educação Matemática em Revista*, 28(78), 186-190. <https://doi.org/10.37001/emr.v28i78.3319>

Marra, R. C., & de Almeida, T. (2023). O ensino de Química nos moldes do novo Ensino Médio: uma oportunidade para o estudo da legislação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 18(1), 412-431. <https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.13864>

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais>.

Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>

Raschendorfer, É. V., Figueira, A. R., & Furtado, L. (2023). Elementos que Impactam a Construção de um Modelo de Governança Pública no Brasil: O Caso da Marinha do Brasil. *BBR. Brazilian Business Review*, 20, 76-98. <https://doi.org/10.15728/bbr.2023.20.1.5.pt>

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 76-97.

São Paulo (2019). Currículo Paulista: Ensino Fundamental. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEDUC/SP.

São Paulo (2020). Currículo Paulista: Ensino Médio. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo –SEDUC/SP.

Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089>